

## Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**  
Editora Chefe  
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**  
Editor Adjunto  
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**  
Equipe Editorial  
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**  
Equipe Editorial  
adriano\_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**  
Equipe Editorial  
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**  
Equipe Editorial  
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, exerce um papel essencial na disseminação do conhecimento jurídico por meio da publicação de artigos científicos sobre as diversas áreas do Direito; sobretudo, de temas relacionados ao Direito Agrário e ao Direito Socioambiental.

Os textos publicados contemplam autores brasileiros e estrangeiros que apresentam pesquisas com perspectiva multidisciplinar. A presente publicação oferece aos leitores uma coletânea de artigos com visão crítica da realidade e que contribuem para transformações sociais.

Esta edição prestigia textos sobre movimentos sociais, violência e desobediência civil; a garantia de direitos na comunidade in-

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

dígena Jenipapo-Kanindé; a implementação de uma renda básica cidadã; o compartilhamento de imagens íntimas sem consentimento; idealizações de sociedades justas, igualitárias e sustentáveis; o direito de preempção na França e a implementação de moradias sociais; os conflitos socioambientais e a defesa do território no México; reformas do sistema de segurança pública brasileiro e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; a possibilidade de exclusão da guarda do genitor agressor na Espanha; e políticas públicas para proteção aos imigrantes venezuelanos.

A ineficácia do sistema judiciário brasileiro em pacificar conflitos fundiários é apontada por Vanessa Vilela Berbel e Isis Carolina Massi Vicente, que identificam problemas estruturais na relação entre movimentos sociais e o centro decisório do direito.

Em consonância com a discussão anterior, Paulo Venício Braga de Paula, Rosendo Freitas Amorim e Jefrei Almeida Rocha repercutem a coexistência entre tradições indígenas e atividades produtivas modernas na Comunidade Indígena da Lagoa Encantada, em Aquiraz, no Ceará.

A proposta de uma política pública que assegure Renda Básica de Cidadania (RBC) é debatida por Matheus Silveira de Souza e Fernando de Brito Alves, que abordam a discussão em torno de um benefício pecuniário incondicional, com base na concepção de liberdade de Amartya Sen.

Na perspectiva da violência de gênero, Fernanda Martins, Clarice Beatriz da Costa Sohngen e Liziane da Silva Rodríguez verificam propostas legislativas sobre o compartilhamento não consensual de imagens íntimas, e as esferas legais disponíveis para enfrentar essa forma de violência.

As questões em torno da conciliação da justiça entre gerações, com diferentes compreensões em torno da dignidade humana, são examinadas por Anna Paula Bagetti Zeifert e Daniel Rubens Cenci, que observam a necessidade de se estabelecer diretrizes capazes de garantir a estabilidade e a justiça social, além de orientar projetos para o presente e o futuro.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Por meio de uma pesquisa comparativa com a legislação francesa, Letícia Alves Fernandes e Daniel Gaio apontam a instrumentalização do direito de preempção como medida para reduzir a desigualdade socioespacial com programas habitacionais de interesse social.

A expressão “conflitos socioambientais” é problematizada por Óscar Arnulfo de la Torre de Lara, que descreve esses conflitos como resultado da dinâmica do modelo econômico que globaliza o desenvolvimento capitalista, expondo povos indígenas e camponeses a uma guerra contínua por expansão territorial.

A ausência de reformas nas instituições de segurança pública no Brasil é avaliada por Matheus Eduardo Beserra e Rafael Lamera Giesta Cabral, que investigam o caso da Favela Nova Brasília, para demonstrar como a falta de reformas institucionais nas forças policiais compromete a consolidação da democracia, resultando em abusos e uso excessivo da força.

Os casos de abuso de crianças por seus pais no âmbito familiar, ocorridos na Espanha, são mapeados por Salvador Morales Ferrer, que analisa a pertinência das leis internacionais, europeias e espanholas, para o combate da violência contra crianças nascidas dentro ou fora do casamento.

Por fim, as políticas migratórias brasileiras são aprofundadas por Rute Oliveira Passos, Matheus Macedo Lima Porto e Clara Cardoso Machado Jaborandy, que avaliam a interiorização dos imigrantes venezuelanos como medida eficaz para acolher aqueles que solicitam refúgio no país.

Assim, com o apoio dos autores dos textos aprovados para o presente número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG pretende efetivar a contribuição para a divulgação científica do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!  
Os editores.